



A VOZ DOS ELEITOS

Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo



FLÁVIO PACHECO

PRESIDENTE

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE VILA FRANCA DO CAMPO

PALAVRAS QUE CRESCEM: O PRÉMIO LITERÁRIO ARMANDO CÔRTEES-RODRIGUES E O PODER DA ESCRITA JOVEM

Há prémios que distribuem troféus. E há prémios que plantam sementes. O Prémio Literário Armando Côrtes-Rodrigues pertence, sem dúvida, à segunda categoria — e a sua edição de 2026 vem demonstrá-lo com uma clareza que nos interpela, enquanto comunidade, a uma reflexão séria sobre o que significa investir, de forma consequente, na formação literária e cívica das gerações vindouras. Numa época em que o discurso público tende a privilegiar o imediato e o mensurável, iniciativas como esta afirmam, com frontalidade, que a cultura não é acessória — é fundamento.

Esta iniciativa, promovida em parceria pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, assenta em três propósitos indissociáveis: homenagear Armando Côrtes-Rodrigues, uma das figuras notáveis da literatura açoriana do século XX — poeta, prosador, pedagogo e cronista da condição humana na sua singularidade insular —; fomentar a escrita criativa entre os jovens do concelho, reconhecendo-a como prática cultural e intelectual de pleno direito; e estimular a participação democrática, ancorando nas gerações mais novas o sentido de pertença a uma comunidade que as ouve, as valoriza e as convida a intervir. Esta parceria institucional não é acidental — é o resultado de uma visão política partilhada sobre o papel que a cultura e a cidadania deve ocupar nas prioridades da governação local. Premiar a escrita jovem é, em última análise, uma escolha política. E é a esco-

lha certa.

A edição de 2026 registou um total de vinte e oito obras a concurso, distribuídas por dois níveis de ensino — dezasseis provenientes do ensino secundário e doze do terceiro ciclo do ensino básico —, chegadas de três estabelecimentos do concelho: a Escola Profissional de Vila Franca do Campo, a Escola Básica e Secundária Armando Côrtes-Rodrigues e a Escola Básica Integrada de Ponta Garça. Esta participação alargada e geograficamente enraizada reforça o alcance territorial do prémio e demonstra que o estímulo à escrita criativa atravessa realidades escolares distintas, consolidando uma genuína cultura literária local. Que jovens de diferentes percursos e contextos escolares tenham respondido ao desafio com tamanha expressividade é, em si mesmo, sinal de que esta homenagem não é apenas nominal — é viva, incorporada e produtiva. É também a demonstração de que as políticas de cidadania e culturais de proximidade produzem resultados reais quando há continuidade, intenção e investimento.

No que respeita aos géneros convocados, a edição contemplou o texto dramático, o narrativo e o poético — formas que, na aparente distinção das suas linguagens, partilham uma exigência comum: a de construir mundos habitáveis apenas através da palavra. O texto dramático impõe ao autor uma disciplina rara — as personagens existem apenas pelo que dizem e pelo que fazem, sem mediação nem desculpa. A narrativa e a poesia, por sua vez, solicitam outras competências, igualmente exigentes: a arquitetura do enredo, o ritmo da frase, a densidade da imagem, a capacidade de condensar numa úni-

ca linha uma emoção, uma ideia ou uma visão do mundo. Que jovens, muitos deles ainda no início da adolescência, tenham abraçado estas formas com seriedade e empenho é motivo de reconhecimento genuíno — e de orgulho institucional.

A edição de 2026 foi orientada por dois eixos temáticos estruturantes: “O Mundo e a Paz” e “A Literacia Digital: da IA às Redes Sociais”. Os títulos das obras a concurso revelam, com clareza, a forma como estes temas foram apropriados pelos participantes. Em torno da paz, por exemplo, surgem títulos como “Pátria, dá-me paz!”, “A Sinfonia do Pó e do Silêncio”, “No meio da guerra” ou “Quando só a paz é suficiente” — o reflexo de uma geração que cresceu com o conflito mediado e que encontra na escrita um espaço de elaboração e resistência.

Em torno do mundo digital, obras, por exemplo, como “A Geração do Ecrã”, “O pixel e o prato de sopa” ou “E se passássemos menos tempo ao telemóvel?” evidenciam uma autoconsciência geracional assinalável: estes jovens não apenas habitam o mundo digital — interrogam-no. Há ainda propostas que cruzam ambos os eixos com particular maturidade, como “Entre o real e o algoritmo” ou “O funil da realidade”, sugerindo que, para muitos destes jovens, a paz e a tecnologia são dimensões inseparáveis de uma mesma experiência contemporânea. É revelador que sejam os mais jovens a colocar estas questões com maior acuidade.

Importa sublinhar, ainda que brevemente, por que razão a escrita criativa merece este investimento institucional. Escrever é, antes de mais, um ato de autoconheci-

mento. Quando um adolescente coloca no papel uma personagem que sofre, que decide, que erra, está também a cartografar o seu próprio interior. A ficção constitui um laboratório seguro onde se exploram emoções que a vida real não permite ensaiar sem consequências. Os trabalhos de vários investigadores sobre escrita expressiva demonstraram que a “narrativização” de experiências contribui para a regulação emocional e para a redução do sofrimento psicológico; por seu turno, outros autores sublinham que a forma como organizamos as nossas histórias influencia decisivamente a construção da identidade. Mas a escrita criativa não é apenas terapêutica — é também cognitiva e intelectualmente exigente e, acima de tudo, um ato cívico: quem aprende a escrever aprende a pensar, a argumentar e a participar. Um jovem que escreve é um jovem mais preparado para a democracia. E uma democracia que investe na literacia dos seus jovens é uma democracia que acredita no seu próprio futuro.

Uma das novidades mais significativas desta edição reside na expansão da dotação premial, que passa a contemplar três lugares distinguidos por cada ciclo de ensino. O primeiro prémio — uma viagem oferecida pela Câmara Municipal — valoriza a experiência e o alargamento de horizontes. O segundo — um leitor digital oferecido pela Fundação dos Botelhos da Senhora da Vida — associa tecnologia e leitura numa convergência de pleno sentido. O terceiro — um vale em livros oferecido pela Letras Lavadas — reafirma o livro como ponto de partida e de continuidade de qualquer percurso literário. O envolvimento de en-

tidades privadas e da sociedade civil neste esforço é, ele próprio, um sinal político: o de que a cultura local não é responsabilidade exclusiva do poder público, mas de uma comunidade que se reconhece naquilo que produz e que decide valorizar.

Seria injusto não reconhecer explicitamente o papel determinante dos docentes que acompanham os alunos participantes — muitas vezes fora do horário letivo, sempre além da obrigação formal. A escola, não obstante os constrangimentos que enfrenta, continua a ser um espaço de criação e de cidadania. Uma iniciativa desta natureza não existe sem esse envolvimento ativo e muitas vezes silencioso.

Vila Franca do Campo tem, no nome de Armando Côrtes-Rodrigues, um património literário que é simultaneamente memória e projeto. Este prémio afirma que a escrita tem lugar, valor e futuro neste concelho. Vinte e oito obras. Três escolas. Dois níveis de ensino. Seis jovens a premiar. Dois grandes temas que espelham o nosso tempo. Mais do que números, são sinais inequívocos de vitalidade cultural — e de que a aposta na cultura como política pública produz frutos visíveis e duradouros.

A cerimónia solene de entrega de prémios realizar-se-á no próximo dia 18 de junho, pelas 19h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo — um momento que é, ao mesmo tempo, celebração e compromisso coletivo com o futuro literário e cívico do nosso concelho.

Que este prémio continue a crescer — e com ele, as palavras, os jovens e a comunidade que os escuta.

VILA FRANCA VEM P’RA RUA!

Cabe-me a mim, nesta edição da voz dos eleitos, escrever algumas considerações sobre a nossa assembleia, enquanto órgão máximo da nossa autarquia. Esta edição é editada no mês de junho, que comporta o dia de Portugal (10 de junho) e o nosso feriado municipal, 24 de junho, São João. O 10 de junho tem um significado que apela ao nosso sentido de nação, enquanto portugueses, mas o 24 de junho demonstra aquilo que somos enquanto VilaFranquenses. Confesso que fico arrepiado quando ouço o hino de São João. É como se toda a solenidade da melodia me invadissem e me enchesse de orgulho de ser de Vila Franca. O nosso povo é alegre e hospitaleiro, festeiro, de bom receber a todos os que nos visitam. Neste sentido quero apelar a que façam uma reflexão sobre o que temos para oferecer. Sabemos que os nossos empresários lutam diariamente para alcançar o sucesso que merecem, para rentabilizarem o suficiente para pagarem os ordenados, para que os seus colaboradores estejam satisfeitos, para que no final tenham algum lucro que possa justificar o seu sacrifício diário. Seja a restauração, pecuária, agricultura, pesca, o sector dos serviços, da distribuição, da construção civil e todos os outros, incluindo a economia paralela, que não temos como negar que não existe, a sua esperança é que o produto que estão a ofe-

recer seja escoado ou vendido, todo a um preço justo. Os nossos empresários do ramo da construção esperam que o seu nome continue a ser sinónimo de garantia de idoneidade, que os mestres de Vila Franca continuem a gozar da fama que são dos melhores que há. É nessa fama que encontram garantia de trabalho, aqueles que emigram e os que resistem cá ficar. É esta dinâmica social que faz de Vila Franca do Campo o que ela é. Uma simbiose de trabalho, ambição e brio. E o que pode a Assembleia Municipal fazer para ir de encontro ao que Vila Franca necessita? Cabe à Assembleia Municipal o garante de que o povo seja ouvido nas questões da gestão do município. Cada deputado eleito é a voz do povo e é pena que essa voz muitas vezes seja calada por interesses partidários. Vão-me desculpar a franqueza, mas há coisas que merecem ser discutidas, esmiuçadas, mas há vozes que se calam e o povo em nada sai esclarecido. Há processos que decorrem, dentro da legalidade, mas com uma fraca transparência nos passos que são dados, que em nada beneficiam a credibilidade dos intervenientes. Continuam a ser tomadas decisões que em nada refletem a vontade da maioria, apenas porque quem decide, o faz, porque acha que, se foi eleito pelo povo, o povo conferiulhe esse direito.



BRUNO MACHADO
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

O povo votou, o povo fez refletir a sua vontade. O povo votou em consciência. O povo tem de ser bem esclarecido. Senão inquina-se o processo. O povo conferiu-nos a nós, deputados municipais, o direito de representatividade. Somos a voz do povo. Devemos assumir a vontade das pessoas. Em representação do mais pobre ao mais rico, do menos ao mais esclarecido. Explicando processos, decisões que são tomadas, indicando quem são os intervenientes nos processos, em suma: transparência. Quem quer investir pede solidez nos regulamentos, no processamento dos projetos e só assim podem ter garantia de que o seu projeto tem alavancagem para vingar, seguindo as previsões económicas que foram calculadas tendo em conta

todos os indicadores. Quando não há crescimento sustentado e garantia de que todos os processos legais são respeitados, não há indicadores que resistam. Conclusão: o investimento não acontece. Falta confiança. Os nossos empresários são sinal de resiliência e dedicação, porque não se vislumbra o fim do processo de ampliação do parque industrial, não se vislumbra a abertura do Aquaparque, não se procura saber qual é a origem da contaminação da água do ilhéu, porque ainda não foi apresentado o projeto para uma via alternativa à Ermida da Senhora da Paz, porque se desinvestiu no cartaz das festas de São João, porque não há um esforço para investir a sério nas outras festas do concelho e tantas outras situações que nos entram pelos olhos adentro e que não encontramos fundamento. Temos coisas tão boas que não cuidamos e as pessoas passam e não ficam. Mas as vozes calam-se porque não se deve falar do passado. Mas levantam-se outras vozes que acusam um passado mais distante, a dívida, ou seja, a obra. Não falemos no passado, falemos no presente. Custa-me ver Vila Franca como um local de passagem em que as únicas atrações não sejam valorizadas e até sujeitas a precariedade. Custa-me a realidade que nos tornamos o concelho do isso está bom assim, ou do isso

é muito para nós, quando andamos a propor soluções que melhorem o dia a dia da população. Custa-me ver que a Vila tem um horário de expediente e que muita coisa fica para o dia seguinte, ou para o outro, ou para quando calhar, quando um deputado municipal anda pelas ruas a ouvir os anseios das pessoas e o faz a tempo inteiro. Custa-me que, na assembleia, a voz do público se possa calar porque nessa hora o povo trabalha e não se pode dar ao luxo de faltar ao trabalho, quando alertamos que a alteração do horário seria prejudicial ao curso normal da ordem de trabalhos. Custa-me ver os processos camarários enxovalhados nas redes sociais com insinuações de favorecimentos, quando alertamos da falta de clareza dos regulamentos e propusemos alterações que seriam solução para o problema. Não estou a escrever um artigo simpático, nem pretendi. Apenas quero transmitir a minha visão sobre o que se passa no nosso concelho e, se não concordarem com os fatos aqui descritos, provem o contrário. Como estou a escrever estas linhas em casa, na terra que me adotou como um filho, Ponta Garça, à qual devo muito, penso que posso parafrasear uma letra de uma marcha famosa e estendê-la ao resto do concelho. Penso que vão recordar o seu sentimento de elevação. “Vila Franca vem p’ra rua! (...)”

TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO



NÉLIO SALDANHA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIALISTA

Sendo eu um “novato” na política e tendo como que caído de paraquedas na mesma, deparo-me com uma panóplia de situações com as quais tenho de “lutar” internamente comigo próprio para compreender. De todas elas a que mais me aflige é a falta de comunicação por parte dos partidos políticos após o período eleitoral. E aflige-me porque já me afligia antes de ter entrado na vida política activa. Aflige-me porque algumas pessoas me abordam e me referem precisamente isso. Numa simples pesquisa na pá-

gina de Facebook dos dois partidos mais votados no concelho de Vila Franca do Campo nas últimas eleições autárquicas, foi possível verificar que um deles não faz qualquer publicação desde 16 de Outubro de 2025 e o outro fez quatro publicações desde 12 de Outubro até à data de hoje. Se compararmos com a quantidade de publicações durante o período de campanha eleitoral, fica a certeza de que fomos do 8 ao 80. Nos tempos que correm, as pessoas habituaram-se a uma comunicação constante, a in-

formação rápida e na palma da mão. Vivemos na era do digital, das redes sociais, dos canais televisivos com notícias a toda a hora. Os partidos usam e abusam dessa mesma facilidade de comunicação no período eleitoral, e após o mesmo fica o vazio. As pessoas sentem que só nos importamos com elas quando precisamos do seu voto, EU sentia que os políticos só se importavam comigo quando precisavam do meu voto. Cabe-nos a nós, cabe-me a mim, garantir que tal não se suceda, e tal toma cada vez maior importância

porque desde as Presidenciais às Autárquicas, todos os políticos advogam a importância da transparência, e eu nas minhas lutas internas ainda não descobri como ser transparente sem escutar e sem comunicar com os eleitores. A comunicação é algo que tem dois sentidos, informar e escutar os eleitores implica manter abertos canais de fácil navegação e acessibilidade para todos. Comunicar as nossas ideias, intenções, planos, concretizações, falhas, alterações, etc, é aquilo que nos permite ser transparentes.



A VOZ DOS ELEITOS

Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo

A VOZ DOS ELEITOS — UM NOVO CICLO DE RIGOR, PARTICIPAÇÃO E MODERNIDADE DEMOCRÁTICA EM VILA FRANCA DO CAMPO

As eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025 abriram um novo capítulo na vida política e democrática de Vila Franca do Campo. A composição que delas resultou para a Assembleia Municipal espelha uma representação mais plural e diversificada, onde coexistem diferentes sensibilidades, projetos e visões para o futuro do concelho. Com 12 deputados do PS, 7 do PSD, 1 do Chega e 1 deputado independente, a que acresce a participação de 3 Presidentes de Junta eleitos pelo PS e 3 pelo PSD, a Assembleia configura hoje um espaço de debate genuinamente representativo da vontade popular. É neste espírito que nasce a primeira edição de *A Voz dos Eleitos* do presente mandato: um espaço de comunicação direta, franca e regular entre a Assembleia Municipal e a comunidade vila-franquense, através do qual se pretende dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos eleitos e estimular uma cidadania mais informada e participativa.

Nos primeiros meses de atividade, a Mesa da Assembleia Municipal tem pautado a sua condução pelos princípios do rigor, da transparência e da qualidade do debate democrático. O novo Regimento da Assembleia Municipal, entretanto aprovado e já em vigor, veio consolidar estas orientações, clarificando procedimentos, estabelecendo tempos de intervenção proporcionais à representatividade eleitoral de cada grupo municipal e assegurando que cada deputado, incluindo os independentes, dispõe de condições equitativas para exercer o seu mandato. A gestão criteriosa da palavra contribui para sessões mais ob-



FLÁVIO PACHECO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

jetivas, mais produtivas e mais respeitadoras da diversidade política.

A modernização tecnológica da Assembleia constitui outro marco incontornável deste mandato. A implementação da plataforma *assembleiaonline.pt*, atualmente em curso, promete transformar de forma significativa o funcionamento administrativo e a transparência institucional do órgão deliberativo. Para além de permitir uma gestão rigorosa e automatizada dos tempos de intervenção, a plataforma possi-

bilitará que cada deputado acesse digitalmente à documentação necessária para cada sessão, eliminando a necessidade de imprimir milhares de folhas por reunião, com ganhos evidentes em eficiência, sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Paralelamente, qualquer cidadão poderá acompanhar as sessões em direto, consultar os documentos oficiais de cada ponto da ordem de trabalhos e aceder, em tempo real, aos dados das votações e intervenções. Vila Franca do Campo afirma-se, assim, en-

tre os municípios que encaram a inovação digital não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento ao serviço da democracia e da participação cidadã. No domínio cultural, merecem igualmente destaque os progressos alcançados. O Regulamento do Prémio Literário Armando Côrtes-Rodrigues foi revisto e substancialmente enriquecido: mantém-se o 1.º prémio — a tradicional viagem cultural promovida pela Câmara Municipal — ao qual se somam agora dois novos galardões: o 2.º prémio,

um leitor digital de livros oferecido pela Fundação dos Bote-lho da Senhora da Vida, e o 3.º prémio, um vale de 100 euros em obras da editora Letras Lavadas. O concurso reformulado é mais robusto, mais abrangente e mais capaz de reconhecer e valorizar o talento e a criatividade de um maior número de jovens. Representa ainda uma parceria genuína com as escolas do concelho, reforçando a vocação da Assembleia Municipal como promotora da cultura, da leitura e da identidade local.

No plano da educação cívica, as reuniões realizadas com as direções das escolas e com as associações de pais e alunos revelaram-se particularmente profícuas. Para além das melhorias introduzidas no Prémio Literário Armando Côrtes-Rodrigues, delas resultaram também potenciais novas iniciativas de cidadania destinadas a aproximar os estudantes das instituições democráticas locais. Compreender o papel da Assembleia Municipal, refletir sobre o funcionamento do poder local e reconhecer o valor do debate plural são aprendizagens que não se adquirem apenas nos manuais — cultivam-se no contacto vivo com a democracia em exercício.

Entre o rigor dos trabalhos, a modernização organizacional, o estímulo à cultura e o investimento na educação cívica, a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo reafirma com determinação a sua missão: ser o espaço onde o pluralismo se converte em entendimento, onde o debate gera soluções e onde a democracia local encontra a sua expressão mais genuína e consequente, ao serviço do futuro de Vila Franca do Campo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL — UM NOVO CICLO DE RIGOR, PARTICIPAÇÃO E MODERNIDADE DEMOCRÁTICA EM VILA FRANCA DO CAMPO

As eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025 abriram um novo capítulo na vida política e democrática de Vila Franca do Campo. A composição que delas resultou para a Assembleia Municipal espelha uma representação mais plural e diversificada, onde coexistem diferentes sensibilidades, projetos e visões para o futuro do concelho. Com 12 deputados do PS, 7 do PSD, 1 do Chega e 1 deputado independente, a que acresce a participação de 3 Presidentes de Junta eleitos pelo PS e 3 pelo PSD, a Assembleia configura hoje um espaço de debate genuinamente representativo da vontade popular. É neste espírito que nasce a primeira edição de *A Voz dos Eleitos* do presente mandato: um espaço de comunicação direta, franca e regular entre a Assembleia Municipal e a comunidade vila-franquense, através do qual se pretende dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos eleitos e estimular uma cidadania mais informada e participativa.

Nos primeiros meses de atividade, a Mesa da Assembleia Municipal tem pautado a sua condução pelos princípios do rigor, da transparência e da qualidade do debate democrático. O novo Regimento da Assembleia Municipal, entretanto aprovado e já em vigor, veio consolidar estas orientações, clarificando procedimentos, estabelecendo tempos de intervenção proporcionais à representatividade eleitoral de cada grupo municipal e assegurando que cada deputado, incluindo os independentes, dispõe de condições equitativas para exercer o seu mandato. A gestão criteriosa da palavra contribui para sessões mais ob-



FLÁVIO PACHECO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

jetivas, mais produtivas e mais respeitadoras da diversidade política.

A modernização tecnológica da Assembleia constitui outro marco incontornável deste mandato. A implementação da plataforma *assembleiaonline.pt*, atualmente em curso, promete transformar de forma significativa o funcionamento administrativo e a transparência institucional do órgão deliberativo. Para além de permitir uma gestão rigorosa e automatizada dos tempos de intervenção, a plataforma possi-

bilitará que cada deputado acesse digitalmente à documentação necessária para cada sessão, eliminando a necessidade de imprimir milhares de folhas por reunião, com ganhos evidentes em eficiência, sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Paralelamente, qualquer cidadão poderá acompanhar as sessões em direto, consultar os documentos oficiais de cada ponto da ordem de trabalhos e aceder, em tempo real, aos dados das votações e intervenções. Vila Franca do Campo afirma-se, assim, en-

tre os municípios que encaram a inovação digital não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento ao serviço da democracia e da participação cidadã. No domínio cultural, merecem igualmente destaque os progressos alcançados. O Regulamento do Prémio Literário Armando Côrtes-Rodrigues foi revisto e substancialmente enriquecido: mantém-se o 1.º prémio — a tradicional viagem cultural promovida pela Câmara Municipal — ao qual se somam agora dois novos galardões: o 2.º prémio,

um leitor digital de livros oferecido pela Fundação dos Bote-lho da Senhora da Vida, e o 3.º prémio, um vale de 100 euros em obras da editora Letras Lavadas. O concurso reformulado é mais robusto, mais abrangente e mais capaz de reconhecer e valorizar o talento e a criatividade de um maior número de jovens. Representa ainda uma parceria genuína com as escolas do concelho, reforçando a vocação da Assembleia Municipal como promotora da cultura, da leitura e da identidade local.

No plano da educação cívica, as reuniões realizadas com as direções das escolas e com as associações de pais e alunos revelaram-se particularmente profícuas. Para além das melhorias introduzidas no Prémio Literário Armando Côrtes-Rodrigues, delas resultaram também potenciais novas iniciativas de cidadania destinadas a aproximar os estudantes das instituições democráticas locais. Compreender o papel da Assembleia Municipal, refletir sobre o funcionamento do poder local e reconhecer o valor do debate plural são aprendizagens que não se adquirem apenas nos manuais — cultivam-se no contacto vivo com a democracia em exercício.

Entre o rigor dos trabalhos, a modernização organizacional, o estímulo à cultura e o investimento na educação cívica, a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo reafirma com determinação a sua missão: ser o espaço onde o pluralismo se converte em entendimento, onde o debate gera soluções e onde a democracia local encontra a sua expressão mais genuína e consequente, ao serviço do futuro de Vila Franca do Campo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL — UM NOVO CICLO DE RIGOR, PARTICIPAÇÃO E MODERNIDADE DEMOCRÁTICA EM VILA FRANCA DO CAMPO

As eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025 abriram um novo capítulo na vida política e democrática de Vila Franca do Campo. A composição que delas resultou para a Assembleia Municipal espelha uma representação mais plural e diversificada, onde coexistem diferentes sensibilidades, projetos e visões para o futuro do concelho. Com 12 deputados do PS, 7 do PSD, 1 do Chega e 1 deputado independente, a que acresce a participação de 3 Presidentes de Junta eleitos pelo PS e 3 pelo PSD, a Assembleia configura hoje um espaço de debate genuinamente representativo da vontade popular. É neste espírito que nasce a primeira edição de *A Voz dos Eleitos* do presente mandato: um espaço de comunicação direta, franca e regular entre a Assembleia Municipal e a comunidade vila-franquense, através do qual se pretende dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos eleitos e estimular uma cidadania mais informada e participativa.

Nos primeiros meses de atividade, a Mesa da Assembleia Municipal tem pautado a sua condução pelos princípios do rigor, da transparência e da qualidade do debate democrático. O novo Regimento da Assembleia Municipal, entretanto aprovado e já em vigor, veio consolidar estas orientações, clarificando procedimentos, estabelecendo tempos de intervenção proporcionais à representatividade eleitoral de cada grupo municipal e assegurando que cada deputado, incluindo os independentes, dispõe de condições equitativas para exercer o seu mandato. A gestão criteriosa da palavra contribui para sessões mais ob-



FLÁVIO PACHECO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

jetivas, mais produtivas e mais respeitadoras da diversidade política. A modernização tecnológica da Assembleia constitui outro marco incontornável deste mandato. A implementação da plataforma *assembleiasonline.pt*, atualmente em curso, promete transformar de forma significativa o funcionamento administrativo e a transparência institucional do órgão deliberativo. Para além de permitir uma gestão rigorosa e automatizada dos tempos de intervenção, a plataforma possi-

bilitará que cada deputado aceda digitalmente à documentação necessária para cada sessão, eliminando a necessidade de imprimir milhares de folhas por reunião, com ganhos evidentes em eficiência, sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Paralelamente, qualquer cidadão poderá acompanhar as sessões em direto, consultar os documentos oficiais de cada ponto da ordem de trabalhos e aceder, em tempo real, aos dados das votações e intervenções. Vila Franca do Campo afirma-se, assim, en-

tre os municípios que encaram a inovação digital não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento ao serviço da democracia e da participação cidadã. No domínio cultural, merecem igualmente destaque os progressos alcançados. O Regulamento do Prémio Literário Armando Côrtes-Rodrigues foi revisto e substancialmente enriquecido: mantém-se o 1.º prémio — a tradicional viagem cultural promovida pela Câmara Municipal — ao qual se somam agora dois novos galardões: o 2.º prémio,

um leitor digital de livros oferecido pela Fundação dos Bote-lho da Senhora da Vida, e o 3.º prémio, um vale de 100 euros em obras da editora Letras Lavadas. O concurso reformulado é mais robusto, mais abrangente e mais capaz de reconhecer e valorizar o talento e a criatividade de um maior número de jovens. Representa ainda uma parceria genuína com as escolas do concelho, reforçando a vocação da Assembleia Municipal como promotora da cultura, da leitura e da identidade local. No plano da educação cívica, as reuniões realizadas com as direções das escolas e com as associações de pais e alunos revelaram-se particularmente profícuas. Para além das melhorias introduzidas no Prémio Literário Armando Côrtes-Rodrigues, delas resultaram também potenciais novas iniciativas de cidadania destinadas a aproximar os estudantes das instituições democráticas locais. Compreender o papel da Assembleia Municipal, refletir sobre o funcionamento do poder local e reconhecer o valor do debate plural são aprendizagens que não se adquirem apenas nos manuais — cultivam-se no contacto vivo com a democracia em exercício. Entre o rigor dos trabalhos, a modernização organizacional, o estímulo à cultura e o investimento na educação cívica, a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo reafirma com determinação a sua missão: ser o espaço onde o pluralismo se converte em entendimento, onde o debate gera soluções e onde a democracia local encontra a sua expressão mais genuína e consequente, ao serviço do futuro de Vila Franca do Campo.



GUI PINTO DA COSTA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIALISTA

Uma maioria que opta por promover o diálogo em vez de se limitar à aritmética parlamentar demonstra compreender que a democracia é mais do que ganhar votações. Num tempo em que a política é frequentemente reduzida a confrontos rápidos, frases curtas e decisões tomadas sem grande

DEBATER PARA FORTALECER A DEMOCRACIA

reflexão pública, torna-se especialmente relevante valorizar os espaços onde o debate ainda é encarado como um pilar essencial da democracia. A Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo da pluralidade de vozes de um concelho, é um desses espaços. E quando existe uma maioria política — neste caso do Partido Socialista — a forma como essa maioria escolhe exercer o seu poder revela muito sobre a qualidade democrática que se pretende promover. Ter maioria poderia significar simplesmente aprovar propostas com rapidez, confiando na força dos números para garantir o resultado final. No entanto, o que se tem observado é algo diferente e, em muitos aspetos, mais saudável para a vida democrática: a disponibilidade para discutir os

assuntos em profundidade, ouvir diferentes perspetivas e permitir que cada eleito compreenda plenamente as decisões que estão em causa. Esse exercício de debate, demonstra maturidade institucional e respeito pelo papel de todos os eleitos. Quando os temas são debatidos com tempo e abertura, cria-se um ambiente mais transparente, onde as decisões deixam de ser apenas atos formais de votação e passam a ser processos de construção coletiva. A discussão permite esclarecer dúvidas, apresentar dados, confrontar ideias e, muitas vezes, melhorar propostas. Mesmo quando o resultado final não se altera, o caminho até à decisão torna-se mais sólido e compreensível para todos — eleitos e cidadãos. Num órgão como a Assembleia Muni-

cipal, onde estão representadas diferentes sensibilidades políticas, esse processo de esclarecimento é particularmente importante. De igual modo, importa reconhecer que o debate contribui para elevar a qualidade da própria ação política. Eleitos mais informados tomam decisões mais conscientes, e, quando existe espaço para questionar, argumentar e refletir, a política assume verdadeiramente o seu papel de serviço público. Importa salientar que, discutir não é bloquear decisões nem prolongar artificialmente os trabalhos, mas dar à política o tempo necessário para que as escolhas sejam feitas com responsabilidade e conhecimento. Nesse sentido, uma maioria que opta por promover o diálogo em vez de se limitar à aritmética parlamentar demonstra compreender que a democracia

é mais do que ganhar votações, é construir legitimidade. Num contexto em que muitos cidadãos se mostram distantes ou desconfiados da política, práticas como estas ajudam a reforçar a confiança nas instituições. Saber que os assuntos são analisados, discutidos e esclarecidos contribui para aproximar a política das pessoas e para mostrar que os órgãos autárquicos funcionam com seriedade e sentido de responsabilidade. A democracia local ganha quando há debate, quando as decisões são explicadas e sobretudo quando a maioria, em vez de se fechar na sua posição, escolhe abrir espaço à discussão. É com cultura democrática que se constrói uma política mais transparente, mais participativa e mais próxima dos cidadãos.

VIDA POLÍTICA LOCAL

A participação na vida política local deveria tocar-nos a todos, porque a gestão autárquica afeta diretamente o dia a dia da nossa comunidade. No meu caso, a motivação é simples: querer envolver-me nos desafios da terra onde nasci, cresci e onde pretendo continuar a viver. É na Assembleia Municipal que diferentes perspetivas se encontram para acompanhar, fiscalizar e contribuir para o trabalho desenvolvido pelo executivo camarário. Defendo uma assembleia feita de pessoas reais, com percursos e

experiências diferentes e não apenas de perfis tipicamente associados à vida política. A riqueza deste espaço está na diversidade de olhares e na experiência de vida que cada um traz consigo. Muitas vezes debatemos matérias técnicas e complexas e nem todos somos especialistas nessas áreas. Mas isso não é um problema. Pelo contrário, essa diversidade garante maior representatividade e permite olhar para os problemas de forma mais próxima da realidade das pessoas. Cabe-nos por isso, enquanto



MARIANA SALEMA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

deputados municipais, ligar o “descomplicómetro” e traduzir assuntos complexos, aproximando os cidadãos das decisões que influenciam o futuro do concelho. A nossa Vila tem história, uma localização privilegiada no centro da ilha de São Miguel e um património natural e humano extraordinário. Ainda assim, durante demasiado tempo habituamo-nos a olhar para as dificuldades, como a dívida do concelho, como justificações para a falta de ambição. Os desafios existem, mas não de-

vem impedir-nos de procurar soluções e projetar o concelho para o futuro. Acredito que é possível construir um caminho de desenvolvimento equilibrado, enfrentando desafios estruturais como a habitação. Apesar dos apoios existentes, importa refletir sobre o papel da autarquia na promoção de soluções diferenciadoras, como as cooperativas de habitação. O caminho faz-se com sentido de responsabilidade, atenção às necessidades reais das pessoas e capacidade de projetar o concelho a longo prazo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

Como deputado na Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo pelo Chega, apresento-me com o compromisso de defender os interesses da nossa terra, das nossas famílias e de todos os que aqui vivem e trabalham. A política local deve estar próxima das pessoas, ouvir as suas preocupações e transformar essas preocupações em soluções concretas. Uma das minhas principais perspetivas é promover uma gestão municipal mais transparente, responsável e focada no bem comum. É essencial garantir que

os recursos públicos sejam utilizados com rigor, combatendo desperdícios e assegurando que cada investimento tenha impacto real na qualidade de vida da população. Entre os meus objetivos está também a valorização da economia local. Vila Franca do Campo tem um enorme potencial nas áreas do turismo, da agricultura, das pescas e do pequeno comércio. Defenderei políticas que apoiem os produtores locais, incentivem o empreendedorismo e criem condições para que os jovens possam trabalhar e cons-

truir o seu futuro no concelho. Um dos problemas mais sentidos no concelho é a crescente falta de habitação a preços acessíveis. Muitos jovens casais e famílias têm dificuldade em encontrar casa ou em suportar os custos atuais. É fundamental criar soluções concretas, como incentivar a construção de habitação a custos controlados, reabilitar casas devolutas e edifícios abandonados, simplificar processos de licenciamento para novas construções e promover parcerias que aumentem a oferta de habitação no concelho.

Outro ponto essencial é a melhoria dos serviços públicos locais e das infraestruturas. Pretendo trabalhar para que haja melhores acessos, mais segurança, espaços públicos bem cuidados e políticas sociais que apoiem quem mais precisa, sem esquecer o respeito por quem trabalha e contribui. Ser deputado municipal é servir a comunidade com coragem, responsabilidade e determinação. O meu compromisso é trabalhar todos os dias por uma Vila Franca do Campo mais forte, mais justa e com mais oportunidades para todos.



NUNO PAIVA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO CHEGA



GUI PINTO DA COSTA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIALISTA

Uma maioria que opta por promover o diálogo em vez de se limitar à aritmética parlamentar demonstra compreender que a democracia é mais do que ganhar votações.

Num tempo em que a política é frequentemente reduzida a confrontos rápidos, frases curtas e decisões tomadas sem grande

DEBATER PARA FORTALECER A DEMOCRACIA

reflexão pública, torna-se especialmente relevante valorizar os espaços onde o debate ainda é encarado como um pilar essencial da democracia. A Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo da pluralidade de vozes de um concelho, é um desses espaços. E quando existe uma maioria política — neste caso do Partido Socialista — a forma como essa maioria escolhe exercer o seu poder revela muito sobre a qualidade democrática que se pretende promover.

Ter maioria poderia significar simplesmente aprovar propostas com rapidez, confiando na força dos números para garantir o resultado final. No entanto, o que se tem observado é algo diferente e, em muitos aspetos, mais saudável para a vida democrática: a disponibilidade para discutir os

assuntos em profundidade, ouvir diferentes perspetivas e permitir que cada eleito compreenda plenamente as decisões que estão em causa.

Esse exercício de debate, demonstra maturidade institucional e respeito pelo papel de todos os eleitos. Quando os temas são debatidos com tempo e abertura, cria-se um ambiente mais transparente, onde as decisões deixam de ser apenas atos formais de votação e passam a ser processos de construção coletiva.

A discussão permite esclarecer dúvidas, apresentar dados, confrontar ideias e, muitas vezes, melhorar propostas. Mesmo quando o resultado final não se altera, o caminho até à decisão torna-se mais sólido e compreensível para todos — eleitos e cidadãos. Num órgão como a Assembleia Muni-

cipal, onde estão representadas diferentes sensibilidades políticas, esse processo de esclarecimento é particularmente importante.

De igual modo, importa reconhecer que o debate contribui para elevar a qualidade da própria ação política. Eleitos mais informados tomam decisões mais conscientes, e, quando existe espaço para questionar, argumentar e refletir, a política assume verdadeiramente o seu papel de serviço público.

Importa salientar que, discutir não é bloquear decisões nem prolongar artificialmente os trabalhos, mas dar à política o tempo necessário para que as escolhas sejam feitas com responsabilidade e conhecimento. Nesse sentido, uma maioria que opta por promover o diálogo em vez de se limitar à aritmética parlamentar demonstra compreender que a democracia

é mais do que ganhar votações, é construir legitimidade.

Num contexto em que muitos cidadãos se mostram distantes ou desconfiados da política, práticas como estas ajudam a reforçar a confiança nas instituições. Saber que os assuntos são analisados, discutidos e esclarecidos contribui para aproximar a política das pessoas e para mostrar que os órgãos autárquicos funcionam com seriedade e sentido de responsabilidade.

A democracia local ganha quando há debate, quando as decisões são explicadas e sobretudo quando a maioria, em vez de se fechar na sua posição, escolhe abrir espaço à discussão. É com cultura democrática que se constrói uma política mais transparente, mais participativa e mais próxima dos cidadãos.

VIDA POLÍTICA LOCAL

A participação na vida política local deveria tocar-nos a todos, porque a gestão autárquica afeta diretamente o dia a dia da nossa comunidade. No meu caso, a motivação é simples: querer envolver-me nos desafios da terra onde nasci, cresci e onde pretendo continuar a viver.

É na Assembleia Municipal que diferentes perspetivas se encontram para acompanhar, fiscalizar e contribuir para o trabalho desenvolvido pelo executivo camarário. Defendo uma assembleia feita de pessoas reais, com percursos e

experiências diferentes e não apenas de perfis tipicamente associados à vida política. A riqueza deste espaço está na diversidade de olhares e na experiência de vida que cada um traz consigo. Muitas vezes debatemos matérias técnicas e complexas e nem todos somos especialistas nessas áreas. Mas isso não é um problema. Pelo contrário, essa diversidade garante maior representatividade e permite olhar para os problemas de forma mais próxima da realidade das pessoas. Cabe-nos por isso, enquanto



MARIANA SALEMA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

deputados municipais, ligar o “descomplicómetro” e traduzir assuntos complexos, aproximando os cidadãos das decisões que influenciam o futuro do concelho.

A nossa Vila tem história, uma localização privilegiada no centro da ilha de São Miguel e um património natural e humano extraordinário. Ainda assim, durante demasiado tempo habituamo-nos a olhar para as dificuldades, como a dívida do concelho, como justificações para a falta de ambição. Os desafios existem, mas não de-

vem impedir-nos de procurar soluções e projetar o concelho para o futuro. Acredito que é possível construir um caminho de desenvolvimento equilibrado, enfrentando desafios estruturais como a habitação. Apesar dos apoios existentes, importa refletir sobre o papel da autarquia na promoção de soluções diferenciadoras, como as cooperativas de habitação. O caminho faz-se com sentido de responsabilidade, atenção às necessidades reais das pessoas e capacidade de projetar o concelho a longo prazo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

Como deputado na Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo pelo Chega, apresento-me com o compromisso de defender os interesses da nossa terra, das nossas famílias e de todos os que aqui vivem e trabalham. A política local deve estar próxima das pessoas, ouvir as suas preocupações e transformar essas preocupações em soluções concretas.

Uma das minhas principais perspetivas é promover uma gestão municipal mais transparente, responsável e focada no bem comum. É essencial garantir que

os recursos públicos sejam utilizados com rigor, combatendo desperdícios e assegurando que cada investimento tenha impacto real na qualidade de vida da população.

Entre os meus objetivos está também a valorização da economia local. Vila Franca do Campo tem um enorme potencial nas áreas do turismo, da agricultura, das pescas e do pequeno comércio. Defenderei políticas que apoiem os produtores locais, incentivem o empreendedorismo e criem condições para que os jovens possam trabalhar e cons-

truir o seu futuro no concelho.

Um dos problemas mais sentidos no concelho é a crescente falta de habitação a preços acessíveis. Muitos jovens casais e famílias têm dificuldade em encontrar casa ou em suportar os custos atuais. É fundamental criar soluções concretas, como incentivar a construção de habitação a custos controlados, reabilitar casas devolutas e edifícios abandonados, simplificar processos de licenciamento para novas construções e promover parcerias que aumentem a oferta de habitação no concelho.

Outro ponto essencial é a melhoria dos serviços públicos locais e das infraestruturas. Pretendo trabalhar para que haja melhores acessos, mais segurança, espaços públicos bem cuidados e políticas sociais que apoiem quem mais precisa, sem esquecer o respeito por quem trabalha e contribui.

Ser deputado municipal é servir a comunidade com coragem, responsabilidade e determinação. O meu compromisso é trabalhar todos os dias por uma Vila Franca do Campo mais forte, mais justa e com mais oportunidades para todos.



NUNO PAIVA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO CHEGA



GUI PINTO DA COSTA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIALISTA

Uma maioria que opta por promover o diálogo em vez de se limitar à aritmética parlamentar demonstra compreender que a democracia é mais do que ganhar votações.

Num tempo em que a política é frequentemente reduzida a confrontos rápidos, frases curtas e decisões tomadas sem grande

DEBATER PARA FORTALECER A DEMOCRACIA

reflexão pública, torna-se especialmente relevante valorizar os espaços onde o debate ainda é encarado como um pilar essencial da democracia. A Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo da pluralidade de vozes de um concelho, é um desses espaços. E quando existe uma maioria política — neste caso do Partido Socialista — a forma como essa maioria escolhe exercer o seu poder revela muito sobre a qualidade democrática que se pretende promover.

Ter maioria poderia significar simplesmente aprovar propostas com rapidez, confiando na força dos números para garantir o resultado final. No entanto, o que se tem observado é algo diferente e, em muitos aspetos, mais saudável para a vida democrática: a disponibilidade para discutir os

assuntos em profundidade, ouvir diferentes perspetivas e permitir que cada eleito compreenda plenamente as decisões que estão em causa.

Esse exercício de debate, demonstra maturidade institucional e respeito pelo papel de todos os eleitos. Quando os temas são debatidos com tempo e abertura, cria-se um ambiente mais transparente, onde as decisões deixam de ser apenas atos formais de votação e passam a ser processos de construção coletiva.

A discussão permite esclarecer dúvidas, apresentar dados, confrontar ideias e, muitas vezes, melhorar propostas. Mesmo quando o resultado final não se altera, o caminho até à decisão torna-se mais sólido e compreensível para todos — eleitos e cidadãos. Num órgão como a Assembleia Muni-

cipal, onde estão representadas diferentes sensibilidades políticas, esse processo de esclarecimento é particularmente importante.

De igual modo, importa reconhecer que o debate contribui para elevar a qualidade da própria ação política. Eleitos mais informados tomam decisões mais conscientes, e, quando existe espaço para questionar, argumentar e refletir, a política assume verdadeiramente o seu papel de serviço público.

Importa salientar que, discutir não é bloquear decisões nem prolongar artificialmente os trabalhos, mas dar à política o tempo necessário para que as escolhas sejam feitas com responsabilidade e conhecimento. Nesse sentido, uma maioria que opta por promover o diálogo em vez de se limitar à aritmética parlamentar demonstra compreender que a democracia

é mais do que ganhar votações, é construir legitimidade.

Num contexto em que muitos cidadãos se mostram distantes ou desconfiados da política, práticas como estas ajudam a reforçar a confiança nas instituições. Saber que os assuntos são analisados, discutidos e esclarecidos contribui para aproximar a política das pessoas e para mostrar que os órgãos autárquicos funcionam com seriedade e sentido de responsabilidade.

A democracia local ganha quando há debate, quando as decisões são explicadas e sobretudo quando a maioria, em vez de se fechar na sua posição, escolhe abrir espaço à discussão. É com cultura democrática que se constrói uma política mais transparente, mais participativa e mais próxima dos cidadãos.

VIDA POLÍTICA LOCAL

A participação na vida política local deveria tocar-nos a todos, porque a gestão autárquica afeta diretamente o dia a dia da nossa comunidade. No meu caso, a motivação é simples: querer envolver-me nos desafios da terra onde nasci, cresci e onde pretendo continuar a viver.

É na Assembleia Municipal que diferentes perspetivas se encontram para acompanhar, fiscalizar e contribuir para o trabalho desenvolvido pelo executivo camarário. Defendo uma assembleia feita de pessoas reais, com percursos e

experiências diferentes e não apenas de perfis tipicamente associados à vida política. A riqueza deste espaço está na diversidade de olhares e na experiência de vida que cada um traz consigo. Muitas vezes debatemos matérias técnicas e complexas e nem todos somos especialistas nessas áreas. Mas isso não é um problema. Pelo contrário, essa diversidade garante maior representatividade e permite olhar para os problemas de forma mais próxima da realidade das pessoas. Cabe-nos por isso, enquanto



MARIANA SALEMA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

deputados municipais, ligar o “descomplicómetro” e traduzir assuntos complexos, aproximando os cidadãos das decisões que influenciam o futuro do concelho.

A nossa Vila tem história, uma localização privilegiada no centro da ilha de São Miguel e um património natural e humano extraordinário. Ainda assim, durante demasiado tempo habituamo-nos a olhar para as dificuldades, como a dívida do concelho, como justificações para a falta de ambição. Os desafios existem, mas não de-

vem impedir-nos de procurar soluções e projetar o concelho para o futuro. Acredito que é possível construir um caminho de desenvolvimento equilibrado, enfrentando desafios estruturais como a habitação. Apesar dos apoios existentes, importa refletir sobre o papel da autarquia na promoção de soluções diferenciadoras, como as cooperativas de habitação. O caminho faz-se com sentido de responsabilidade, atenção às necessidades reais das pessoas e capacidade de projetar o concelho a longo prazo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

Como deputado na Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo pelo Chega, apresento-me com o compromisso de defender os interesses da nossa terra, das nossas famílias e de todos os que aqui vivem e trabalham. A política local deve estar próxima das pessoas, ouvir as suas preocupações e transformar essas preocupações em soluções concretas.

Uma das minhas principais perspetivas é promover uma gestão municipal mais transparente, responsável e focada no bem comum. É essencial garantir que

os recursos públicos sejam utilizados com rigor, combatendo desperdícios e assegurando que cada investimento tenha impacto real na qualidade de vida da população.

Entre os meus objetivos está também a valorização da economia local. Vila Franca do Campo tem um enorme potencial nas áreas do turismo, da agricultura, das pescas e do pequeno comércio. Defenderei políticas que apoiem os produtores locais, incentivem o empreendedorismo e criem condições para que os jovens possam trabalhar e cons-

truir o seu futuro no concelho.

Um dos problemas mais sentidos no concelho é a crescente falta de habitação a preços acessíveis. Muitos jovens casais e famílias têm dificuldade em encontrar casa ou em suportar os custos atuais. É fundamental criar soluções concretas, como incentivar a construção de habitação a custos controlados, reabilitar casas devolutas e edifícios abandonados, simplificar processos de licenciamento para novas construções e promover parcerias que aumentem a oferta de habitação no concelho.

Outro ponto essencial é a melhoria dos serviços públicos locais e das infraestruturas. Pretendo trabalhar para que haja melhores acessos, mais segurança, espaços públicos bem cuidados e políticas sociais que apoiem quem mais precisa, sem esquecer o respeito por quem trabalha e contribui.

Ser deputado municipal é servir a comunidade com coragem, responsabilidade e determinação. O meu compromisso é trabalhar todos os dias por uma Vila Franca do Campo mais forte, mais justa e com mais oportunidades para todos.



NUNO PAIVA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO CHEGA



A VOZ DOS ELEITOS

Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo

OS JOVENS E A CIDADANIA: A ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM

Há gestos institucionais que, apesar da sua aparente simplicidade, encerram um significado que ultrapassa em muito o momento em que ocorrem. A realização da Assembleia Municipal Jovem é, precisamente, um desses gestos. Uma iniciativa que, ao convidar os alunos das escolas do nosso concelho a sentarem-se nas cadeiras que habitualmente os deputados municipais ocupam, nos obriga a repensar o que entendemos por participação democrática e por proximidade entre as instituições e aqueles que ainda não votam, mas que já pensam, já sentem e já têm muito para dizer sobre a terra que os vê crescer.

Não foi por acaso, nem por comodidade de calendário, que escolhemos a sua realização no dia 29 de abril, no Salão Nobre da Câmara Municipal, a curta distância da efeméride que assinala a conquista da liberdade e da democracia em Portugal. Fazer coincidir a voz dos mais jovens com a memória do 25 de Abril não foi um mero detalhe de agenda, mas uma declaração de intenções: recordar que a liberdade que hoje exercemos com tanta naturalidade que por vezes a esquecemos, também eles a devem aprender a exercer — e que a forma mais digna de a honrar é continuar, ano após ano, a alargar os espaços onde ela verdadeiramente se pratica.

Tivemos, assim, o privilégio de acolher esta iniciativa, com a participação da EBS Armando Côrtes-Rodrigues, da EBI de Ponta Garça e da Escola Profissional de Vila Franca do Campo, abrangendo alunos do 3º ciclo e do ensino secundário. Os representantes de cada ano letivo, de cada escola, ocuparam o hemisfério com um à-vontade que envergonharia muitos adultos habituados aos ritos, por vezes demasiado rígidos, da vida política

institucional. Não vieram para protagonizar um mero exercício escolar, um simulacro de cidadania sem substância. Vieram com vontade de questionar e com propostas concretas e amadurecidas, discutidas nas escolas, trabalhadas em reflexão coletiva, e depois defendidas em plenário com uma clareza e uma convicção que só confirmam aquilo que, enquanto Presidente desta Assembleia, sempre defendi, a cidadania aprende-se sobretudo fazendo, discutindo, divergindo, com respeito pelo outro e, acima de tudo, tendo voz ativa e sendo ouvido de forma séria.

A sessão contou com a presença da Presidente da Câmara Municipal e da respetiva vereação, bem como dos Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, que, para além de responderem com disponibilidade às diversas questões colocadas pelos alunos, tiveram a oportunidade de registar, em primeira mão, as opiniões, as inquietações e as sugestões que os jovens deputados municipais foram apresentando ao longo da sessão. Este diálogo direto entre os autarcas eleitos e os alunos — sem intermediários, sem filtros protocolares, foi, porventura, o momento mais significativo de toda a iniciativa: a prova de que a proximidade tantas vezes proclamada não é uma expressão vazia, quando existe, da parte de quem governa, vontade genuína de a concretizar.

As propostas apresentadas tocaram áreas que lhes são naturalmente mais próximas do quotidiano, o ambiente e a sustentabilidade, os espaços de lazer e desporto, a mobilidade dentro do concelho, a oferta cultural, a vida escolar e as suas condições materiais, entre outras, mas fizeram-no com uma lucidez e um sentido crítico que nos devolveram, a todos nós, autarcas, um espelho das necessidades do



FLÁVIO PACHECO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE VILA FRANCA DO CAMPO

concelho. É por isso imperativo, no dia a dia da governação local, não perder de vista que as decisões que hoje tomamos moldarão o concelho onde estes jovens haverão de viver, de trabalhar e, esperamos todos, de permanecer no futuro, trazendo para Vila Franca do Campo maior desenvolvimento e um melhor futuro. Mas houve, entre as várias sugestões apresentadas, uma que me parece merecer particular destaque. Os próprios jovens, no encerramento do exercício, manifestaram o desejo de que a Assembleia Municipal Jovem não permanecesse um acontecimento isolado, mas se tornasse antes uma prática regular da vida institucional do concelho, sugerindo, com notável precisão e assertividade, que se realizasse duas vezes por ano. É um pedido de formulação simples, mas que, para mim, tem um significado profundo: é o reconhecimento, pelos próprios interessados, de que a participação juvenil não se esgota num único dia de exercício simbólico, exigindo antes

continuidade, hábito e verdadeira cidadania.

Enquanto Presidente desta Assembleia, entendi desde logo esta sugestão como um mandato quase moral, confiado por quem, sem outorga eleitoral formal, demonstrou já ter maturidade cívica bastante para exigir de nós mais e melhor. É, por isso, com particular satisfação que a proposta foi integralmente acolhida: a Assembleia Municipal Jovem terá uma segunda edição já em novembro, cumprindo-se assim, ainda este ano, a periodicidade semestral que os próprios alunos reivindicaram. Nesta senda de reforço da educação para a cidadania, a Assembleia Municipal irá ainda apresentar e votar um regulamento próprio da Assembleia Municipal Jovem, que oriente e reforce a participação cívica dos jovens do concelho. Convém, a este propósito, ter em mente que a saúde de qualquer democracia se mede, em larga medida, pela sua capacidade de renovar os seus quadros de pensamento e de ação, e essa reno-

vação não nasce no dia em que um jovem atinge a maioridade e é chamado às urnas, cultiva-se muito antes, no hábito de argumentar, na experiência de discordar sem ofender, no exercício, ainda que simulado, de responsabilidade coletiva. A ocupação, por estes jovens, de um lugar no hemisfério por uma tarde treina, sem talvez o saberem, as disposições cívicas que amanhã poderão fazer deles eleitores mais exigentes, dirigentes associativos mais atentos ou, quem sabe, autarcas mais preparados.

Há, além disso, uma razão de fundo que importa ter em conta: os jovens não são meros destinatários futuros das políticas que hoje desenhamos, são já, no presente, portadores legítimos de um olhar sobre o concelho. Trazem consigo uma urgência, uma irreverência, uma impaciência saudável perante problemas e uma isenção de compromissos que confere às suas propostas uma frontalidade por vezes rara na vida política corrente.

A democracia local, caros vilafranquenses, não se fortalece pela retórica que sobre ela tantas vezes produzimos nos discursos de circunstância, mas pelos hábitos concretos que somos capazes de instituir no dia a dia da vida coletiva. Escutar os jovens duas vezes por ano, em vez de uma única, é um passo administrativo modesto na sua execução, mas um passo simbólico de grande alcance: o de tratarmos, finalmente, a cidadania jovem não como um exercício de aprendizagem passiva, mas como parte viva e regular da nossa vida democrática. Em novembro, voltaremos a abrir as portas do Salão Nobre aos jovens do nosso concelho — desta vez, já sabendo que a palavra que nos derem será ouvida com a devida atenção e com a regularidade que efetivamente merece.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

DIVERSIDADE, DEBATE E DEDICAÇÃO AO CONCELHO

Entre reuniões, propostas e debates, os deputados municipais de Vila Franca do Campo conciliam a vida política com a profissão e a família.

A Assembleia Municipal de Vila Franca continua a ser um exemplo de pluralismo e participação democrática no concelho. Embora exista uma maioria do Partido Socialista, o órgão distingue-se pela diversidade dos seus membros, reunindo mulheres e homens de diferentes idades, profissões e formas de olhar a vida política e social do município. As sessões da assembleia demonstram que o debate democrático está longe de ser apenas uma formalidade. Os deputados municipais analisam, discutem e questionam os principais assuntos do concelho, desde obras públicas e habitação, passando por questões do âmbito da gestão financeira e até sociais, ambientais e educativas. A troca de opiniões entre a maioria e a oposição acontece de forma viva e participativa, muitas ve-

zes com posições divergentes, mas quase sempre num clima de respeito institucional.

Os eleitos socialistas defendem as propostas do executivo, mas também colocam questões, pedem esclarecimentos e aprofundam a discussão dos temas em análise. Do lado da oposição, são igualmente apresentadas propostas e críticas consideradas importantes para o equilíbrio democrático da assembleia. Em várias ocasiões, as diferentes forças políticas acabam por reconhecer a utilidade das intervenções umas das outras, mostrando que o interesse do concelho pode prevalecer sobre as divisões partidárias.

A composição da assembleia é vista por muitos como uma das suas maiores riquezas. Entre os deputados existem enfermeiros, professores, empresários, administrativos, técnicos, trabalhadores de diferentes setores, reformados e jovens que conciliam a participação política com a sua vida profissional e familiar. Essa

diversidade permite que os problemas do município sejam discutidos sob várias perspetivas, aproximando a política local das preocupações reais da população.

No entanto, o trabalho dos deputados municipais vai muito além das sessões públicas. Grande parte da atividade é feita nos bastidores, através da leitura de documentos, preparação de propostas, análise de regulamentos e acompanhamento dos problemas relatados pelos cidadãos. Muitos eleitos dedicam parte do seu tempo pessoal a inteirar-se das matérias e a preparar intervenções para que as decisões tomadas sejam ponderadas e responsáveis.

Esse esforço implica frequentemente sacrifícios pessoais. Muitos deputados saem diretamente dos seus empregos para participar nas reuniões da assembleia. Outros retiram tempo à família, aos momentos de descanso e até aos fins de semana para cumprir o seu papel cívico. Apesar das difi-



GUI PINTO DA COSTA
DEPUTADO MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIALISTA

que este trabalho nem sempre é visível para a população. Muitas vezes, os cidadãos assistem apenas aos momentos de debate público, sem conhecerem o tempo de preparação e dedicação que existe antes de cada sessão. Ainda assim, os eleitos defendem que o compromisso com a causa pública deve continuar a ser assumido com responsabilidade e proximidade aos munícipes.

A Assembleia Municipal de Vila Franca procura assim afirmar-se como um espaço onde a democracia é vivida de forma ativa, plural e próxima das pessoas, mantendo o debate político como elemento essencial para o futuro do concelho.

culdades, a maioria continua a considerar que a participação política local é um dever importante para o desenvolvimento do concelho e para o fortalecimento da democracia. Vários deputados reconhecem

UMA VILA VIRADA PARA O MAR — UM SLOGAN

DE OUTRORA, UMA NECESSIDADE DO PRESENTE

Nos meses de verão a nossa Vila ganha outra vida. A marina e a Vinha d'Areia tornam-se pontos de encontro de vilafranquenses e visitantes. Somos, por natureza, uma vila virada para o mar. Mas não basta sê-lo pela localização. É preciso que as nossas políticas e escolhas também o demonstrem.

É precisamente aqui que o Aquaparque merece a nossa atenção. O Complexo Turístico da Vinha d'Areia nasceu no início dos anos 2000, integrado numa estratégia de valorização da nossa frente marítima, materializada no conceito “Uma Vila virada para o Mar”. Chegou a reunir piscinas, escurregas, restaurante, bar, ginásio e outros equipamentos



MARIANA SALEMA
DEPUTADA MUNICIPAL PELO
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

de lazer.

A minha geração teve a sorte de conhecer todo aquele espaço com vida. Eu própria frequentei durante anos a piscina de natação e outras atividades que faziam parte da rotina de muitas famílias vilafranquenses. Era um espaço vivido, procurado e que nos fazia olhar para o mar como uma oportunidade. Hoje, uma geração inteira cresceu praticamente a conhecer grande parte do complexo encerrado. É tempo de inverter este ciclo. Com a posse do complexo novamente na esfera municipal, o executivo tem perante si uma decisão estratégica para o futuro do concelho. Precisamos de definir o que queremos para esta zona nas próxi-

mas décadas e procurar quem tenha capacidade e vontade de investir. Um concurso de ideias, envolvendo autarquia, agentes económicos e população, deveria ser uma prioridade. Não conheço os valores necessários para recuperar ou reconverter o espaço, nem defendo que se avance sem avaliar a sua sustentabilidade financeira. Mas continuar a adiar uma decisão não pode ser a solução.

Há muito que pode ser feito sem grandes investimentos públicos: comunicar, ouvir os vilafranquenses, envolver empresários e procurar parceiros. Não nos falta mar, localização, potencial ou criatividade. Falta transformar essa criatividade em visão, essa visão em proje-

to e esse projeto em realidade. “Uma Vila virada para o Mar” não pode ser apenas um slogan de outrora. Tem de voltar a ser uma ambição para o presente e para o futuro de Vila Franca do Campo.